ESTADO PORTUGUÊS
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
COMANDO DA LOGÍSTICA
DIREÇÃO DE AQUISIÇÕES

CADERNO DE ENCARGOS

Concurso Público n.º A0191/2021

PARTE I

Cláusulas Jurídicas

Artigo 1.º

Objeto

1. O presente concurso tem por objeto a aquisição de serviço rodoviário e seguro da carga, entre o RI13 (Vila Real), Mulheim (Alemanha) e regresso, e de acordo com as Cláusulas Técnicas deste Caderno de Encargos:
2. Qualquer referência, nas peças deste procedimento, a fabricantes ou proveniências, determinados processos de fabrico específicos, marcas, patentes ou modelos e a uma dada origem ou produção, deve ser entendida como meramente indicativa, para melhor compreensão do descrito, e admitindo sempre solução equivalente, nos termos da lei.

Artigo 2.º

Local de entrega

1. Na ida: Mullheim (Kinzigstraße, 79379 Müllheim, Alemanha (47°48'55.5"N 7°37'10.1"E).;
2. No regresso: Regimento de Infantaria Nº 13 (Praça 25 de Abril 5000-424 Vila Real)

Artigo 3.º

Prazo de execução

1. **Trajeto RI13-Mulheim:**
   a. As quatro viaturas estarão prontas para início do transporte, a partir de 07 de junho de 2021.
   b. Chegada ao destino: durante o dia 21 de junho de 2021.
2. **Trajeto Mulheim-RI13:**
   O transporte de regresso deverá ser iniciado no dia 01 de julho de 2021 (após as 14h00 – hora local).

Artigo 4.º

Preço base

1. O preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente procedimento;
2. O preço máximo a pagar pela entidade adjudicante é de **80.000,00 € (oitenta mil e euros**), s/IVA, ocorrendo que no trajeto Portugal-Alemanha o IVA é isento nos termos do Art. 6 (6) (a) e 14 (1) (q) do CIVA e no trajeto Alemanha-Portugal o IVA é tributado à Taxa Normal nos termos do Art. 6 (6) (a) e Art. 18 (1) (c) do CIVA, sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar, não sendo admitidas propostas cujo valor proposto exceda o preço máximo fixado;
3. O preço base foi determinado com base nos custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos com o mesmo objeto.

Artigo 5.º

Condições de pagamento

1. O pagamento será efetuado a 30 (trinta) dias nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, após a aceitação definitiva dos bens prevista no artigo seguinte;
2. Eventuais propostas de adiantamentos estão condicionadas pelo regime previsto no artigo 292.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
3. Em caso de atrasos no pagamento por parte do contraente público, conforme estipulado no n.º 6 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, e no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013 de 10 de maio, o adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual.
4. Quando aplicável nos termos da legislação em vigor, as entidades adjudicadas devem remeter as faturas eletrónicas, por via do Portal da eSPap, para a Direção de Aquisições, para a morada:
   Direção de Aquisições, Av. Infante Santo, nº 49 – 2º, 1399-056 Lisboa.

Artigo 6.º

Aceitação

1. Após a realização da inspeção quantitativa e qualitativa, e verificada a conformidade do objeto do procedimento, cabe à Repartição de Controle de Qualidade do Gabinete do Comandante da Logística

declarar a aceitação definitiva do objeto do procedimento fornecido, ficando registada a data de aceitação do mesmo;

2. Por aceitação definitiva deverá entender-se o ato final de aceitação efetuado pela Repartição de Controle de Qualidade do Gabinete do Comandante da Logística através da emissão de ofício que considere encerrado o processo de aceitação do objeto do procedimento;
3. Se durante a realização da inspeção quantitativa e qualitativa se verifique a ocorrência de falhas ou deficiências na execução do fornecimento, as mesmas serão comunicadas ao adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da referida notificação, proceder à regularização das irregularidades detetadas, sob pena de aplicação das sanções pecuniárias previstas no artigo 12.º do presente Caderno de Encargos;
4. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio, e do n.º 2 do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, o prazo máximo de duração do processo de aceitação ou verificação para determinar a conformidade dos bens ou dos serviços não pode exceder 30 dias a contar da data de receção ou prestação dos mesmos;
5. Nas situações previstas no n.º 2 do artigo 3.º do presente Caderno de Encargos, para efeitos de aceitação, apenas serão considerados os bens entregues num intervalo não inferior a 30 dias desde a última entrega parcelar.

Artigo 7.º

Garantia e Assistência Técnica

Em caso de anomalia detetada no âmbito da execução contratual, o adjudicatário compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito aos honorários devidos se a anomalia resultar de facto não imputável ao adjudicatário.

Artigo 8.º

Compromisso ambiental. Medidas fitossanitárias

1. Na execução do contrato, o adjudicatário pugnará pelas melhores práticas ambientais que estejam ao seu alcance, inerentes ao cumprimento da sua proposta, no estrito cumprimento da diversa legislação ambiental aplicável. À entidade adjudicante compete tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações em matéria de direito ambiental, tendo por base o Considerando 37 da Diretiva 2014/24/EU;
2. Pretende-se, tendo em vista as normas e objetivos da União Europeia, uma contratação pública sustentável, alicerçada no acordo de vontades realizado entras as entidades adjudicantes e os adjudicatários, visando a concretização de ideais ambientalmente sustentáveis.

Artigo 9.º

Sigilo

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a quaisquer informações relacionadas com a atividade da entidade adjudicante, ou outras, de que venha a ter conhecimento em consequência da execução do contrato.

Artigo 10.º

Documentação

1. O adjudicatário entregará à entidade adjudicante, aquando do fornecimento do objeto do procedimento, catálogos e demais documentação relevante, relativa ao objeto do procedimento, caso existam;
2. A entidade adjudicante poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os documentos referidos no número anterior.

Artigo 11.º

Subcontratação e Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não pode recorrer à prestação de serviços por terceiras entidades, para a execução das atividades objeto do presente procedimento sem expresso consentimento por escrito da entidade adjudicante;
2. O recurso à prestação de serviços a entidades terceiras não pode, em caso algum, pôr em causa o cumprimento pontual de todas as obrigações assumidas pelo adjudicatário;
3. O adjudicatário, no caso de recorrer à prestação de serviços por terceiras entidades, deve apresentar os documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado, que sejam exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato em causa;
4. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante;
5. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, devem ser apresentados pelo cessionário todos os documentos de habilitação que sejam exigidos ao cedente na fase de formação do contrato em causa.

Artigo 12.º

Sanções

1. Se, por causa que lhe seja imputável, o adjudicatário não cumprir os prazos estipulados para a entrega dos bens ou na prestação do serviço, ou na situação prevista no n.º 3 do Artigo 6.º do presente Caderno de Encargos, fica este obrigado, a título de sanção pecuniária, ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula: P = V* A/300, em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do contrato e A é o número de dias em atraso, sem prejuízo eventuais indemnizações pelo dano excedente;
2. Em caso de incumprimento por parte do adjudicatário, designadamente atraso na prestação, as sanções pecuniárias poderão ser reduzida se for parcialmente cumprida a prestação em falta; no caso de, o

adjudicatário, por outro lado, cumprir integralmente a prestação em falta, as sanções pecuniária poderão não ser exigidas.

Artigo 13.º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato;
2. Entende-se, por caso fortuito, ou de força maior, qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive da falta ou negligência de qualquer delas;
3. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à contraparte, bem como informar do prazo previsível para o restabelecimento da normal execução contratual.

Artigo 14.º

Gestor do Contrato

1. Nos termos do artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato nomeado pela entidade adjudicante;
2. Nas situações em que o contrato não seja reduzido a escrito, o gestor do contrato será indicado no Pedido de Compra.

Artigo 15.º

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes, licenças ou outros direitos de propriedade industrial.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, aquele efetue e lhe sejam imputadas.

Artigo 16.º

Outros encargos

Todas as despesas, derivadas da prestação de cauções, do eventual pagamento de emolumentos ao Tribunal de Contas, bem como demais despesas não previstas relativas à execução do presente contrato, são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 17.º

Resolução do contrato

1. O incumprimento, reiterado ou definitivo, por qualquer das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de o resolver, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais exigíveis.
2. A resolução não prejudica quaisquer ações de responsabilidade civil por factos verificados durante o período de vigência do contrato, devendo a intenção de resolução ser comunicada com a antecedência mínima de 30 dias.

Artigo 18.º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 19.º

Legislação aplicável

Em tudo o não disposto no presente Caderno de Encargos, aplicam-se subsidiariamente as disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como quaisquer outras disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

PARTE II

Cláusulas Técnicas

Artigo 20.º

Especificações do serviço

1. **Objeto de Aquisição/Finalidade:**

   Transporte de quatro viaturas militares de Portugal para a Alemanha, e regresso, com seguro das mesmas incluído.

2. **Descrição do transporte:**

   a. O movimento ao longo do itinerário será acompanhado/escoltado pelas autoridades dos países a transitar (ESPANHA, FRANÇA e ALEMANHA).

   b. O planeamento inicial efetuado pelo adjudicatário poderá ter de ser ajustado/alterado em função das informações/determinações das autoridades dos países a transitar.

   c. Ida (Portugal – Alemanha):

   (1) Origem: Regimento de Infantaria Nº 13 (Praça 25 de Abril 5000-424 Vila Real).

   (2) Destino: Mullheim (Kinzigstraße, 79379 Müllheim, Alemanha (47°48'55.5"N 7°37'10.1"E).

(3) Carga a transportar: quatro viaturas militares, de acordo com os seguintes ficheiros: *"Cargo_Load_List_VJTF22_Final*", *"Anexo_A_Cargo_Load_List_VJTF22_Final", "Anexo_B_Cargo_Load_List_VJTF22_Final"*, *"Anexo_C_Cargo_Load_List_VJTF22_Final"* e *"Anexo_D_Cargo_Load_List_VJTF22_Final"* (a título ilustrativo, juntam-se imagens de uma das viaturas), tudo em **Anexo B**.

(4) Não serão transportadas quaisquer armas, munições os outros artigos perigosos – *Dangerous Goods*.

(5) As quatro viaturas estarão prontas para início do transporte, a partir de 07 de junho de 2021.

(6) Chegada ao destino: durante o dia 21 de junho de 2021.

(7) O transporte terá de ser efetuado por via rodoviária.

(8) O valor patrimonial para apuramento do seguro de carga é o declarado no ficheiro "*Cargo_Load_List_VJTF22_Final*" em **Anexo B**.

d. Regresso (Alemanha – Portugal)

(1) Origem: Mullheim (Kinzigstraße, 79379 Müllheim, Alemanha (47°48'55.5"N 7°37'10.1"E).

(2) Destino: Regimento de Infantaria Nº 13 (Praça 25 de Abril 5000-424 Vila Real).

(3) Carga a transportar: as quatro viaturas militares já referidas.

(9) Não serão transportadas quaisquer armas, munições ou outros artigos perigosos – *Dangerous Goods*.

(4) O transporte de regresso deverá ser iniciado no dia 01 de julho de 2021 (após as 14h00 – hora local).

(5) O transporte terá de ser efetuado por via rodoviária.

3. Deveres da Entidade Adjudicante

a. A carga e descarga das viaturas militares nas plataformas é da responsabilidade de Exército Português.

b. Requisitar o acompanhamento/escoltas nestes países ao longo de todo o percurso (ida e regresso).

4. Deveres do Adjudicatário

a. Assegurar a possibilidade, sem acréscimo de custos, e decorrente de eventuais imposições por parte das entidades de ESPANHA, FRANÇA ou ALEMANHA, de antecipar/atrasar um dia a partida ou chegada, tanto na ida como no regresso, por uma vez, tendo a Entidade Adjudicante de comunicar a alteração pretendida com o mínimo de 5 (cinco) dias úteis em relação à data pretendida para início do movimento.

b. Proceder às operações de preparação e amarração das viaturas nas plataformas.

c. Dentro das possibilidades, descaracterizar as viaturas militares após o seu carregamento nas plataformas (uso de lonas, toldos, redes, etc.).

d. Proceder às operações de preparação e amarração das viaturas nas plataformas.

e. Após a notificação da adjudicação, e no prazo de 3 (três) dias úteis, prestar as seguintes informações:

(1) Identificação dos condutores.

(2) Marca/Modelo dos camiões e das plataformas.

(3) Matrículas dos camiões e das plataformas.

(4) Número de eixos por camião e plataforma.

(5) Peso por eixo de cada camião e plataforma.

(6) Distância entre eixos em cada camião e plataforma.

(7) Comprimento e largura dos camiões e das plataformas.

(8) Tara de cada camião e plataforma.

(9) Devido à antecedência na prestação da informação acima referida, o adjudicatário poderá indicar condutores, camiões e plataformas de reserva para estes transportes. A necessidade dos dados pretendidos resulta da documentação que terá de ser elaborada pelo Exército para solicitação das autorizações de trânsito.

Direção de Aquisições em Lisboa, **22 de março de 2021**

CHEFE DA REPARTIÇÃO DE CONCURSOS E CONTRATOS

(Original assinado e arquivado no processo)

ELISA MARIA FERNANDES COIMBRA
TENENTE-CORONEL DE ADMINISTRAÇÃO MILITAR

Anexos:

A – Lista de Artigos

B – Cargo Load List, Imagens PANDUR